

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR DE VEÍCULOS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da Compra de material necessário a manutenção e contratação de empresa especializada para realizar Manutenção dos veículos FORD F350 e FORD TRANSIT 460 B. nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ORDEM	TIPO: SERVIÇO / MATERIAL	DESCRIÇÃO: SERVIÇO / MATERIAL	VEICULO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	M	Almofada painel (moldura Capa)	FORD F350	01	R\$6.030,00	R\$6.030,00
	2	M	Painel Churrasqueira L/E	FORD F350	01	R\$1.282,00	R\$1.282,00
	3	M	Kit Embreagem	FORD F350	01	R\$3.293,33	R\$3.293,33
	4	M	Kit Atuador Embreagem	FORD F350	01	R\$1.160,00	R\$1.160,00
	5	M	Óleo Freio	FORD F350	02	R\$ 34,00	R\$ 68,00
	6	M	Farol	FORD F350	02	R\$759,33	R\$1.518,66
	7	M	JG Sapata Freio	FORD F350	02	R\$398,00	R\$796,00
	8	M	Tambor Freio	FORD F350	02	R\$833,33	R\$1.666,66
	9	M	Cilindro Roda	FORD F350	02	R\$228,33	R\$456,66
	10	M	Cabo Freio Estacionamento	FORD F350	02	R\$249,66	R\$499,33
	11	M	Cabo Diante freio estacionamento	FORD F350	01	R\$199,66	R\$199,66
	12	M	Cabo liber F estacionamento	FORD F350	01	R\$516,00	R\$516,00
	13	M	Cilindro Ignição	FORD F350	01	R\$532,00	R\$532,00
	14	M	Boia Tanque	FORD F350	01	R\$203,00	R\$203,00
	15	M	Retentor Roda Dianteira	FORD F350	02	R\$108,00	R\$216,00
	16	M	Graxa Para Rolamento	FORD F350	01	R\$23,00	R\$23,00
	17	M	Compressor AC	FORD F350	01	R\$2.936,66	R\$2.936,66

	18	M	Válvula expansão AC	FORD F350	01	R\$ 202,66	R\$ 202,66
	19	M	Correia poly-V	FORD F350	01	R\$156,00	R\$156,00
	20	M	Pivô Superior	FORD F350	02	R\$166,66	R\$166,66
	21	M	Pivô Inferior	FORD F350	02	R\$170,00	R\$170,00
	22	M	Barra Direção	FORD F350	01	R\$2.093,33	R\$2.093,33
	23	M	Rolamento Roda Dianteiro L/E	FORD F350	02	R\$191,00	R\$382,00
	24	M	Amortecedor Dianteiro	FORD F350	02	R\$704,66	R\$1.409,33
	25	M	Bucha Estabilizadora	FORD F350	02	R\$69,00	R\$138,00
	26	M	Bieleta Estabilizadora	FORD F350	02	R\$141,66	R\$283,33
	01	S	Serviços Mecânicos	FORD F350	01	R\$4.400,00	R\$4.400,00
2	02	S	Carga Gás Ac	FORD F350	01	R\$356,66	R\$356,66
	03	S	Limpeza Sistema AC	FORD F350	01	R\$660,00	R\$660,00
	04	S	Serviço AC	FORD F350	01	R\$770,00	R\$770,00
	05	S	Funilaria /Pintura Porta Diant. L/E	FORD F350	01	R\$1.966,66	R\$1.966,66
	01	M	Para-brisa	TRANSIT 460 B	01	R\$4.448,33	R\$4.448,33
3	02	M	Óleo Motor	TRANSIT 460 B	10	R\$69,66	R\$696,66
	03	M	Filtro Óleo	TRANSIT 460 B	01	R\$49,66	R\$49,66
	04	M	Filtro Ar	TRANSIT 460 B	01	R\$115,00	R\$115,00
	05	M	Filtro Combustível	TRANSIT 460 B	01	R\$355,33	R\$355,33
	06	M	Filtro Ar Condic.	TRANSIT 460 B	01	R\$130,00	R\$130,00
	07	M	Lanterna Retrovisor L/D	TRANSIT 460 B	01	R\$356,33	R\$356,33
	08	M	Cola Para-brisa	TRANSIT 460 B	03	R\$66,38	R\$199,16
	01	S	Serviços Mecânicos	TRANSIT 460 B	01	R\$210,00	R\$210,00
4	02	S	Reparo Rampa Acesso Lateral	TRANSIT 460 B	01	R\$1.440,00	R\$1.440,00
	03	S	Reprogramação Modulo	TRANSIT 460 B	01	R\$1.833,33	R\$1.833,33
	04	S	Reparador Chicote ABS	TRANSIT 460 B	01	R\$419,33	R\$419,33
	05	S	Subst Para-brisa	TRANSIT 460 B	01	R\$623,33	R\$623,33
			Total Material				R\$33.082,62

			Total Serviço			R\$12.719,31
--	--	--	---------------	--	--	--------------

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. A formalização da compra se dará por meio de nota de empenho, que será paga quando os serviços descritos acima forem entregues e aceitos pelo fiscal.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Considerando que a Secretaria de Educação não possui estrutura física, equipamentos e pessoal técnico especializado para a execução direta das manutenções necessárias, torna-se imperiosa a contratação de empresa qualificada, conforme as exigências de habilitação técnica e capacidade operacional previstas na legislação vigente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para a prestação do serviço solicitado, a interessada deverá comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2021;

4.2. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes de boa e perfeita execução do objeto;

4.3. A Contratada deverá efetuar a entrega e a disponibilização dos produtos, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.4. A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte), o objeto com avarias ou defeitos, que ainda se encontrem em garantia;

4.5. A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.6. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.7. Deverá entregar, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, a mesma marca dos produtos apresentados em sua proposta. Além disto, a Contratada deve, na fase de Habilitação do Pregão, apresentar toda a documentação exigida para participação neste, conforme discriminado no Edital do mesmo.

4.8. Tais requisitos não serão arrolados no presente Estudo, pois podem variar conforme decisão do Setor de Licitações e da Administração, entre o tempo de confecção deste e a publicação do Edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os materiais e serviços objeto desta licitação deverão ser entregues e/ou realizados, conforme solicitações da Secretaria de Educação, de forma integral, sem ônus adicional de entrega ou deslocamento;

5.2. As quantidades constantes dos itens especificados não são estimativas;

5.3. Havendo defeito oculto (que não foi possível observar anteriormente), este devera ser informado, no prazo de 24 hora após o conhecimento do defeito, para que seja efetuado os tramites legais para aditivção do contrato ou compra de peças.

5.4. A Contratada deverá fornecer os materiais e executar os serviços nas quantidades e prazos solicitados, no prazo Mínimo possível, diretamente em local próprio para a perfeita execução dos serviços, de preferência que seja dentro do município de Unai, caso não seja possível o traslado será efetuado pela contratada;

5.5. O não atendimento à ordem de execução implicará na intimação da Contratada para justificar o ocorrido e cumprir a obrigação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções cabíveis pela inexecução parcial do contrato;

5.6. Deverão estar inclusos nos preços ofertados todos os custos e despesas necessários ao integral cumprimento do objeto da licitação, tais como, mas não se limitando a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas administrativas, materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, lucro e quaisquer outros que se fizerem necessários. A entrega dos materiais dar-se-á na modalidade CIF (custo incluso no frete);

5.7. A execução do objeto contratar-se-á mediante recebimento da nota de empenho ou emissão da ordem de fornecimento, que indicará os materiais e serviços a serem entregues ou prestados.

5.8. A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, quaisquer materiais fornecidos com defeitos ou avarias, bem como serviços executados em desacordo com as especificações contratuais;

5.9. A Contratada deverá comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega ou execução, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento dos prazos estabelecidos, devidamente comprovado;

5.10. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para

que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela

comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. FORMAS DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6.1. não produzir os resultados acordados,

7.6.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; OU

7.6.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

8.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data de emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos veículos à Secretaria Municipal de Educação do município de Unai/MG e recebimento da nota fiscal correspondente.

8.11. Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho correspondente.

8.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice cabível de correção monetária.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica



9.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.14. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$45.801,93 (quarenta e cinco mil oitocentos e um reais e noventa e três centavos), conforme valores unitários dos itens dispostos na tabela apresentada no item 1.1 destes instrumento. R\$33.082,62 (trinta e três mil e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos) referente a compra de materiais e R\$12.719,31 (Doze mil setecentos e dezenove reais e trinta e um centavos) referente aos serviços.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Unai/MG, dotação e fontes a serem especificadas na Lei Orçamentária Anual.

Unai, 27 de abril de 2025.

IARA CRUZEIRO DOS REIS
AUXILIAR ADMINISTRATIVO